

PLANEJAMENTO Cidades baianas se comprometem com agenda de desenvolvimento sustentável

GESTÕES BUSCAM PACTO PELA SUSTENTABILIDADE

Meta de grande parte dos países para assegurar proteção aos recursos naturais, promover a erradicação da miséria e fomentar vida digna para os habitantes do planeta, o desenvolvimento sustentável também está na pauta de desafios no âmbito municipal. Esta edição temática do caderno Municípios faz um balanço da atuação de gestões públicas e da iniciativa privada na área de sustentabilidade, identificando boas práticas e ações que têm contribuído para assegurar o equilíbrio ambiental e condições de vida saudável para a população na Bahia. **4 a 12**

ESTE CADERNO É PARTE INTEGRANTE DESTA EDIÇÃO. NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

Túlio Carapiá

RESPONSABILIDADE

Iniciativa privada foca preservação como aliada do desenvolvimento econômico 12

ENTREVISTA

Secretário João Carlos Oliveira fala dos desafios ambientais da atividade agropecuária 9

ARTIGO

Procurador Tarcísio Menezes explica lei nº 14.133/2021 e os novos princípios das licitações e contratos 12

Aterro em São Francisco do Conde



João Souza / Ag. A TARDE / 29.4.2019

RESÍDUOS SÓLIDOS

Destinação correta do lixo em aterros sanitários é necessidade dos municípios 11

Panorama

panorama@grupoatarde.com.br

Prefeito e vice-presidente do Consórcio Chapada Forte visita A TARDE

Durante visita à sede do Grupo A TARDE, na terça-feira (27), o prefeito de Boa Vista do Tupim e vice-presidente do Consórcio Chapada Forte, Helder Lopes Campos (PSDB), o Dinho, comentou sobre a possibilidade de o Brasil ter uma terceira via fortalecida para as eleições presidenciais de 2022. "Vou votar em Eduardo Leite agora na disputa com Dória, dentro do PSDB. Temos que sair da direita e da esquerda para o centro, o país precisa disso", afirmou Dinho, que foi recebido pelo diretor de relações institucionais do Grupo A TARDE, Luciano Neves. O gestor observou que o fortalecimento de uma terceira via na política nacional é "imprescindível" e afirmou ainda que o importante é aproveitar o momento que traz grandes opções para o país. Sobre a disputa do governo da Bahia, Dinho disse que o partido estuda a definição, porém a opção pessoal dele é em apoiar o ex-prefeito de Salvador ACM Neto. Dinho comentou também sobre a inauguração da Policlínica na região da Chapada, instalada no município de Itaberaba, e citou as ações do combate à pandemia em Boa Vista do Tupim, município localizado no Piemonte da Chapada.

Núcleos Territoriais de Educação entregam novo fardamento escolar

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) investiu mais de R\$ 6,1 milhões na aquisição de fardamento escolar, como parte das ações voltadas para a segunda fase do ano letivo, que começou na segunda-feira (26), com o ensino semipresencial. O material foi distribuído para as escolas, por meio dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE), para a entrega aos estudantes, conforme a SEC. O superintendente de planejamento operacional da rede escolar da SEC, Manoel Calazans, ressalta que o novo fardamento amplia a segurança dos estudantes quanto aos protocolos sanitários. De acordo com Fannie Sampaio, gestora do Centro Estadual de Educação Profissional (Ceep) em Gestão e Tecnologia da Informação Régis Pacheco, situado no município de Jequié, a entrega das novas camisas aos estudantes acontecerá de forma escalonada.

Itabuna tem alta de mortes por Covid

O boletim epidemiológico de Itabuna, no sul baiano registrou o 620º óbito decorrente da Covid-19. O número de vítimas divulgado em junho foi de 578, o que significa que em julho houve 42 mortes a mais, representando um aumento de 7,2%. Os casos positivos confirmados de pessoas infectadas pelo coronavírus chega a 32.812, 109 casos a mais em relação ao mês passado. Na terça-feira (27), de acordo com a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), a média de ocupação em leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto/pediátrica na rede pública de Itabuna está em 57%.

Sindicato acusa prefeitura de Brumado

O Sindicato dos Bancários de Vitória da Conquista e Região acusa a prefeitura de Brumado de dificultar a vacinação da categoria contra o coronavírus. A diretoria da entidade afirma que pela segunda vez tenta uma reunião com o prefeito Eduardo Lima Vasconcelos (PSB) e o secretário de Saúde, Cláudio Soares Feres, mas que os gestores não a receberam. O delegado sindical Gabriel Cairnes conta que a primeira tentativa de reunião com a gestão municipal se deu no último dia 1º de julho, quando representantes do sindicato estiveram na cidade para denunciar os sete casos de contaminação constatado apenas na agência do Banco do Brasil. Ele conta que, na oportunidade, a diretoria solicitou o agendamento de uma reunião e, até o momento, a prefeitura não disponibilizou uma data para o encontro.

Ilhéus suspende pregão por ordem judicial

A prefeitura de Ilhéus suspendeu o Pregão Eletrônico 09/2021, processo licitatório para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de informática. A suspensão do procedimento cumpriu ordem da juíza Carine Nassri da Silva, primeira substituta da Vara da Fazenda Pública de Ilhéus, que acatou pedido da ALZ Tecnologia Consultoria e Projetos LTDA, uma das três empresas que disputam o contrato, cujo valor total estimado é de R\$ 3 milhões, com 12 meses de validade. As outras duas empresas na concorrência são a Edza Planejamento, Consultoria e Informática Eireli e a Sudoeste Informática Consultoria Eireli. No mandado de segurança, a empresa argumenta que o edital do processo licitatório estabeleceu requisitos ilegais e abusivos. Na prática, segundo o protesto da ALZ, a existência dos requisitos – supostamente irregulares – serviria para restringir a participação de empresas na concorrência, o que poderia revelar possível direcionamento do certame.



Prefeito e vice-presidente do Consórcio Chapada Forte, Helder Lopes Campos visitou A TARDE

POUCAS & BOAS

● O XII Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas será realizado entre os dias 12 e 15 de agosto com o tema: "Trabalhadoras Domésticas em Movimento – Luta e Resistência em Contexto de Pandemia e Trabalho Escravo". Realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), o evento acontecerá de forma virtual.

● Para marcar um importante triunfo da medicina moderna que possibilitou o controle e a redução de riscos, além de mais qualidade de vida aos diabéticos, os Correios lançaram na O Selo Comemorativo Centenário da Descoberta da Insulina. A peça filatélica, além da relevância histórica, é também uma homenagem a todos os pacientes que convivem com a doença e uma forma de conscientização.

● As comunidades de Sítio Novo e Pedras, em Catu (BA), receberam o projeto Mais Cidadania, realizado pela Bracell em parceria com a prefeitura da cidade. Especialmente focada no enfrentamento à pandemia de Covid-19, a equipe do projeto fará a distribuição gratuita de máscaras de tecido e de frascos de álcool em gel, reforçando junto aos moradores as orientações sobre prevenção à doença.

● Em parceria com o Confea e a Mútua, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia realiza hoje mais uma edição do projeto "Vamos Debater", desta vez trazendo detalhes sobre o Porto de Aratu e a Ferrovia Centro-Atlântica. O evento acontece às 17h, por meio do canal do Crea-BA, no YouTube, com mediação do inspetor do Conselho em Barreiras, engenheiro civil Maurício Mayer.



Alunos recebem novo fardamento entregue pelos Núcleos Territoriais de Educação



Visita ao Médio São Francisco destaca potencial da Fazenda Escola Modelo de Barra

"Com a Policlínica vamos ter atendimento de média e alta complexidades. Vai ser bom para a cidade, a região e para o próprio consórcio"

HELDER LOPES CAMPOS, O DINHO, pref. de Boa Vista do Tupim

"Adquirimos dois milhões de máscaras e, desde o ano passado, as novas camisas, cerca de 900 mil, visando às aulas semipresenciais"

MANOEL CALAZANS, superintendente da Rede Escolar da SEC

Volta às aulas

De acordo com pesquisa da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado da Bahia (Undime-BA), dos 415 municípios alcançados, 283 municípios responderam que as aulas devem ser retomadas ainda este ano, mas apenas dez desejam voltar ainda em julho e 58, em agosto, número este que corresponde às cidades que já aplicaram a segunda dose da vacina contra a Covid-19, de acordo com a apuração da entidade. O retorno em outubro é vontade de 87 cidades; em novembro, 14; e 4, em dezembro. Ainda conforme o apurado, apenas 58 municípios informaram que já aplicaram a segunda dose da vacina contra a Covid-19. Em relação à primeira dose, 208 municípios informaram que já concluíram a primeira imunização.

Contrato suspeito em São Francisco do Conde

A vereadora Rosângela Valentim (DEM), de São Francisco do Conde, solicitou uma audiência com o prefeito e o secretário de Infraestrutura do município, para que eles prestem esclarecimento acerca do Projeto de Lei nº 008/2021. Segundo Valentim, o projeto solicita um aditivo de até R\$ 3.095.295,25 (três milhões, noventa e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), com o objetivo de complementar um contrato de mais de R\$ 26 milhões. Conforme a vereadora, todos os valores seriam destinados a obras e serviços de infraestrutura, como manutenção e pavimentação de ruas. Ela diz ainda que já foram gastos cerca de R\$ 23 milhões deste contrato.

Sebrae e Cimatec destacam potencial da Fazenda Escola Modelo de Barra

A visita ao Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, chefiada pelo vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, resultou em vistoria do andamento avançado das obras da ponte que liga Barra a Xique-Xique e ida à Fazenda Escola Modelo Ceep Águas, no município de Barra, que em breve deve contar com a parceria do Senai Cimatec e do Sebrae para expansão da capacitação. Ambas as entidades destacam a importância do projeto para o desenvolvimento socioeconômico da região. A Fazenda Escola, com modelagem especial de irrigação, já conta com a cooperação técnica da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de diversas empresas que apoiam o projeto.

Agricultores familiares de Uauá contarão com laticínio

Agricultores e agricultoras familiares produtores de leite de cabra, do município de Uauá, passarão a contar, até o próximo mês de dezembro, com um laticínio, instalado na comunidade de Testa Branca. Serão beneficiadas 200 famílias de 30 comunidades rurais do município. Uma visita técnica foi realizada às instalações do laticínio. A atividade contou com a presença de representantes da equipe técnica do Pró-Semiárido, projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), e da Secretaria de Agricultura de Uauá, com o objetivo de estreitar a parceria entre governo do estado, via CAR/SDR e a prefeitura municipal de Uauá, para assegurar o funcionamento do laticínio. O laticínio terá a capacidade instalada de 1.500 litros por dia e está com 75% da obra civil concluída. A gestão do laticínio será feita pela Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Cooperuc) e contará com o apoio da prefeitura municipal de Uauá e suas secretarias.

Muniz Ferreira quer entrar na rota do turismo

Projetos para dinamizar as atividades turísticas no município de Muniz Ferreira, no Recôncavo baiano, foram apresentados ao secretário estadual de Turismo, Maurício Bacelar, pelo prefeito Gileno Pereira dos Santos. Manifestações culturais, como o artesanato e o São João, além da agricultura familiar, estão entre as prioridades para os investimentos. O principal projeto é a realização da Feira do Agricultor, depois do São João de 2022, quando a pandemia deverá estar mais controlada, reunindo peças artesanais e produtos agrícolas. A programação inclui um festival de sanfoneiros, destacando a música típica da região. Segundo o prefeito, além de tradições culturais, como o Terno de Reis e a festa de São João, Muniz Ferreira oferece uma gama de atrativos naturais que podem ser aproveitados como chamariz para os visitantes. Muniz Ferreira está localizada na zona turística Baía de Todos-os-Santos, próxima aos municípios de Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Aratuípe. Uma bela paisagem de pastos acompanha a estrada que beira a cidade.

CAROLINE GOIS

MEIO AMBIENTE Salvador, Ilhéus, Candeias e Uruçuca estão entre os 75 municípios do país que assinaram carta-compromisso

MUNICÍPIOS BAIANOS ASSUMEM PACTO DE SUSTENTABILIDADE

RODRIGO AGUIAR

A Bahia tem quatro dos 75 municípios brasileiros signatários do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que busca sensibilizar governos locais a se comprometerem com a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável. Na Bahia, além de Salvador, já assinaram a carta-compromisso as cidades de Ilhéus, Candeias e Uruçuca.

A coordenadora do programa, Zuleica Goulart, afirma que a intenção é firmar parcerias com entidades municipalistas para aumentar o número de cidades signatárias, já que há uma dificuldade para chegar aos municípios, principalmente os menores.

“Neste sentido, o PCS tem procurado estabelecer parcerias com os agentes indutores, como entidades municipalistas, governos estaduais, organizações da sociedade civil, setor privado e academia para potencializar a sua campanha”, explica. Pela última estimativa populacional divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5.242 dos 5.570 municípios brasileiros são pequenos.

De acordo com ela, durante a campanha eleitoral de 2020 candidatos e candidatas foram procurados, mas a pandemia dificultou o trabalho. “Considerando que, em razão da pandemia, a campanha eleitoral foi curta e direcionada para as redes sociais e TV, encontramos dificuldades para realizar

os encontros com os candidatos e as candidatas, a exemplo das campanhas anteriores”, compara Zuleica.

Ferramenta de gestão

Estruturado em 12 eixos temáticos e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, o Programa Cidades Sustentáveis oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano. A adesão é voluntária e gratuita.

Os eixos temáticos são: ação local para a saúde; bens naturais comuns; consumo responsável e opções de estilo de vida; cultura para a sustentabilidade; do local para o global; economia local, dinâmica, criativa e sustentável; educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; equidade, justiça social e cultura de paz; gestão local para a sustentabilidade; governança; melhor mobilidade, menos tráfego; e planejamento e desenho urbano.

Ex-secretário municipal de Sustentabilidade, Inovação e

Programa Cidades Sustentáveis é alinhado aos objetivos de sustentabilidade das Nações Unidas



Morar Melhor é uma das ações da prefeitura de Salvador

Resiliência de Salvador e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, André Fraga ressaltou a importância da capital ter aderido ao programa, ainda na gestão de ACM Neto.

“Você consegue, de alguma maneira, colocar os indicadores para que a gestão pública acompanhe. A sociedade resume a sustentabilidade ao meio ambiente, mas envolve questões econômicas e sociais também. O programa traz indicadores de todas essas áreas e permite ver o avanço desses indicadores”, aponta Fraga. Entre as boas práticas da capital baiana citadas pelo PCS, estão o IPTU Verde, os programas Morar Melhor e Ouvindo nosso Bairro, o movimento Salvador Vai de Bike e a coleta seletiva.

Zuleica destaca a necessidade de incorporar a sustentabilidade de forma transversal às gestões municipais. “É fundamental repensar o planejamento das cidades para um modelo em que o desenvolvimento urbano possa ser mais social, econômico e ambientalmente sustentável. Neste sentido, o PCS tem oferecido uma agenda completa de sustentabilidade urbana, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, pautada pelo enfrentamento às desigualdades e às mudanças climáticas, a promoção dos direitos humanos, a participação cidadã e a transparência”, diz a coordenadora do programa Cidades Sustentáveis.

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 28.9.2020

ÁGUAS CLARAS AMBIENTAL E SUA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Somos uma central de tratamento e beneficiamento que recebe resíduos provenientes da construção civil. Trabalhamos com as mais diversas e modernas tecnologias no tratamento e reciclagem destes resíduos, tendo como objetivo fornecer aos nossos clientes uma solução 100% sustentável.



Usina de Beneficiamento



Triturador de Resíduos Volumosos



CONTRATE NOSSO SERVIÇO

Contrate nossos serviços para dar ao seu resíduo o destino e o tratamento correto. Entre em contato com a área comercial e lhe faremos uma proposta personalizada.

(71) 98124-6272

tsouza.aguasclarasambiental@solvi.com

www.aguasclarasambiental.net.br/om

SOMOS UMA EMPRESA CERTIFICADA



CERTIFICADORA



ÁGUASCLARAS AMBIENTAL

CIDADES INTEGRAM AGENDA GLOBAL

MEIO AMBIENTE

Municípios criam plano de metas quantitativas e qualitativas ao aderir o Programa Cidades Sustentáveis



Salvador é um dos municípios signatários do Cidades Sustentáveis, programa que busca comprometimento de governos locais com a implementação de uma agenda de desenvolvimento sustentável

RODRIGO AGUIAR

Assinar a carta-compromisso, as administrações locais assumem o compromisso de produzir um documento de Diagnóstico do Município com um número mínimo de indicadores sugerido pelo Programa Cidades Sustentáveis, conforme o tamanho da população: 50 para cidades pequenas (de 500 a 100 mil habitantes), 75 para cidades médias (de 101 mil a 500 mil habitantes) e 100 para cidades grandes e metrópoles (acima de 500 mil habitantes). O estudo serve de referência para consolidar um Plano de Metas para os quatro anos da gestão – outro compromisso das cidades signatárias.

O plano deve apresentar metas quantitativas e qualitativas para os quatro anos da gestão, contemplando os 12 eixos temáticos do PCS e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Segundo a coordenadora do Cidades Sustentáveis, a adesão ao programa é uma chance de integrar a administração municipal a uma agenda global.

“É também uma oportunidade política, na medida em que amplia o diálogo e a participação da sociedade para a construção conjunta de políticas públicas e de mecanismos de transparência e controle social. No aspecto econômico, a adesão possibilita o planejamento integrado e a execução orçamentária, proporcionando maior previsibilidade, redução de desperdícios, ganhos de produtividade e economia para a administração pública. É ainda uma oportunidade de valorização e reconhecimento, pois pode tornar o município uma referência na implementação dos ODS. Uma gestão planejada e comprometida com as agendas urbanas de desenvolvimento sustentável pode abrir novas oportunidades de acesso a recursos privados e/ou de organismos nacionais e internacionais”, acrescenta Zuleica Goulart, coordenadora do programa Cidades Sustentáveis.

Ao defender a importância do Plano de Metas, a coordenadora do PCS destaca que tramita no Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que obriga a elaboração do documento pelos Executivos municipal, estadual, distrital e federal, com base nas propostas das campanhas.

Após passar pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e ser apro-



Zuleica Goulart coordena o Programa Cidades Sustentáveis

“É uma oportunidade de valorização e reconhecimento (para o município)”

ZULEICA GOULART, coord. do PCS

Gestores assumem compromisso de produzir um documento de Diagnóstico do Município

Observatório mapeia e divulga soluções urbanas

Lançado em 2020, o novo Observatório de Inovações para Cidades Sustentáveis (OICS) é uma plataforma colaborativa de mapeamento e divulgação de soluções urbanas que contribuem para a transição das cidades brasileiras em direção à sustentabilidade.

Desenvolvido em uma parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), do Programa para o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (Pnuma) e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), o observatório traz soluções (modelos replicáveis de alternativas sustentáveis) e estudos de casos (aplicações práticas de soluções com contextos e implicações). No total, a ferramenta reúne 222 propostas que podem ser desenvolvidas por gestores municipais.

Entre as soluções, a plataforma destaca, entre os modelos aplicados na Bahia, as escadas drenantes e o banheiro seco.

Uma tentativa de resolver o problema de drenagem da água da chuva e a locomoção de pessoas em regiões de encostas ocupadas irregularmente, as escadas drenantes foram adotadas pela prefeitura a partir do final dos anos 70 em Salvador, por obra do arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé. A plataforma aponta as escadarias como um elemento de mobilidade urbana, pela articulação entre áreas altas e baixas, além de coletores primários de um grande sistema de drenagem, seja de forma isolada ou interligadas em malhas.

Cumprindo as funções de um sanitário convencional sem usar água em seu sistema, o

vado na comissão especial, o texto está pronto para ser votado no plenário da Casa.

As outras três cidades baianas signatárias não cadastraram ainda boas práticas na ferramenta. Procurada, a prefeitura de Ilhéus não retornou até o fechamento da reportagem. A TARDE não conseguiu contato com as prefeituras de Candeias e Uruçuca por meio dos canais oficiais de comunicação.

No ranking

Nenhum município baiano figura entre os 100 primeiros do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), ferramenta lançada em março pelo Programa Cidades Sustentáveis elaborada com base em mais de 80 indicadores.

No ranking, 770 municípios brasileiros estão classificados pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 30 da ONU. A pontuação varia de zero a 100.

O município baiano de melhor posição é Madre de Deus, com índice 61,60, na 114ª posição. É a única cidade baiana com nível de desenvolvimento sustentável médio (entre 60 e 69,99). Em seguida, aparece Vitória da Conquista (pontuação de 56,48 e 299ª lugar). Apesar de ser a segunda cidade brasileira da Caatinga melhor colocada no ranking – atrás

17 OBJETIVOS DA ONU

1. Erradicação da pobreza
2. Fome zero
3. Boa saúde e bem-estar
4. Educação de qualidade
5. Igualdade de gênero
6. Água limpa e saneamento
7. Energia acessível e limpa
8. Emprego digno e crescimento econômico
9. Indústria, inovação e infraestrutura
10. Redução das desigualdades
11. Cidades e comunidades sustentáveis
12. Consumo e produção responsáveis
13. Combate às alterações climáticas
14. Vida de baixo d'água
15. Vida sobre a terra
16. Paz, justiça e instituições fortes
17. Parcerias em prol das metas

apenas de Montes Claros (MG) –, Conquista tem, assim como o município mineiro, nível de desenvolvimento sustentável apontado como baixo (entre 50 e 59,99).

Somente quatro municípios do ranking possuem nível considerado alto (entre 70 e 70,99): Morungaba, Pedreira, Jumirim e Corumbataí, todos no interior de São Paulo. Nenhuma cidade do ranking tem nível muito alto (entre 80 e 100). Das 770 cidades brasileiras avaliadas pelo IDSC-BR, há 39 municípios baianos. Desse, 27 fazem parte do grupo com desenvolvimento sustentável muito baixo (com pontuação média de zero a 49,99). São eles: Dias D'Ávila, Simões Filho, Candeias, Mufungu do

Morro, Ilhéus, Camacan, Coaraci, Canavieiras, Santa Bárbara, Una, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Ibicuí, Itaju do Colônia, Ituberá, São Sebastião do Passé, Buerarema, Ibirataia, Ibirapitanga, Ubaitaba, Arataca, Pau Brasil, Igrapiúna, Jussari, Itapé, Santa Luzia e Boa Vista do Tupim.

Outras dez cidades baianas se juntam a Conquista no grupo com nível de desenvolvimento baixo: Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, Mata de São João, Feira de Santana, Iitororó, Uruçuca, Pojuca, Itacaré e Camaçari.

Presidente da Federação de Consórcios Públicos da Bahia (FECBahia), o prefeito de Andaraí, Wilson Cardoso, diz que as entidades têm procurado agir conjuntamente em cima de suas potencialidades para promover o desenvolvimento sustentável. “Solicitamos a cada consórcio que os prefeitos façam um relatório com o potencial dos municípios, seja na agricultura, no turismo ou outra área”, afirma.

Também presidente do Consórcio Chapada Forte, Cardoso afirma que a ideia surgiu após reunião do grupo com o governador Rui Costa e diversos secretários. “Essa agenda desmembrou em várias outras e serviu como laboratório para os outros consórcios. Depois dessa reunião, foram autorizados 96 km para interligar municípios”, diz, sobre o asfaltamento de vias.

processos como a cloração, o filtro de barro e a fervura da água. Com um investimento inicial aproximado de R\$ 480 e um baixo custo de manutenção, o sistema funciona em média por 15 anos (podendo chegar até 20 anos), segundo o observatório.

Em parceria com instituições não governamentais, a startup SWD auxilia na implantação do sistema em municípios do Semiárido. O Aqualuz é composto por uma caixa de aço inox de 15 litros com uma tampa de vidro ligada a um sensor de raios ultravioleta, um filtro de tecido sintético e um adesivo que indica a finalização da purificação e desinfecção da água. A água da cisterna é bombeada manualmente, passando pelo filtro até a caixa de desinfecção e purificação; o sensor ultravioleta indica a in-

tensidade dos raios solares e prevê o tempo de desinfecção (em média o tratamento dura três horas); o adesivo colado na tampa de vidro muda de cor, indicando quando a água está pronta para o consumo.

O método purifica até 30 litros de água por dia, com o custo médio de R\$ 0,30 a cada 10 litros de água potável, ou seja, com R\$ 0,90 é possível disponibilizar água potável para uma família por um dia.

Radicado há 40 anos no Brasil, o suíço Ernst Götsch desenvolveu em Pirai do Norte os pilares da agricultura sintrópica, transformando o que fora uma terra degradada em uma agrofloresta altamente produtiva e diversificada. O processo recupera a fertilidade do solo com múltiplas culturas.

RODRIGO AGUIAR

Quer acompanhar as principais
notícias do interior da Bahia



Agora você pode. É fácil e rápido.

A TARDE
MUNICÍPIOS

No WhatsApp



Receba **GRATUITAMENTE**
uma seleção das
principais notícias
do dia

E para fazer parte,
é só seguir as
instruções



TODOS PELA
VACINA

MEIO AMBIENTE Gestão municipal aposta em projetos ligados às políticas ambientais, como o plantio de mudas e o IPTU Verde

SALVADOR FOCA EM SUSTENTABILIDADE

CLAUDIA LESSA

A agenda do desenvolvimento sustentável torna-se cada vez mais atual no âmbito da governança dos serviços urbanos municipais. Salvador é um exemplo disso ao se tornar referência nacional e internacional em ações e políticas voltadas à sustentabilidade da cidade, de acordo com a secretária municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), Edna França. A gestão enaltece alguns desses projetos ligados à preservação e restauração do meio ambiente, entre os quais o plantio de 75 mil mudas de árvores; o IPTU Verde; e o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (Pmamc). Outras ações alinhadas à pauta ambiental também rendem boas histórias, como é o caso da coleta de recicláveis realizada pela startup So+ma e pelas associações de catadores de resíduos sólidos.

A secretária Edna França ressalta que políticas públicas foram implementadas e conexões com instituições respeitadas que apoiam cidades em todo o mundo em busca da sustentabilidade. Ela cita, como exemplos, a rede global Iclei – Governos Locais para Sustentabilidade; o Grupo C40 de Grandes Cidades para Liderança do Clima; e a Agência de Cooperação Alemã – GIZ, com as quais, afirma, a prefeitura firmou parceria ao longo desses oito anos. “Essas parcerias nos proporcionam instrumentos para projetarmos e executarmos ações na cidade e para a cidade nesse sentido, como o Plano de Ação Climática e a Estratégia de Resiliência”, destacou.

“Sabemos que para uma cidade ser, de fato, sustentável não são em oito anos que isso acontece, mas estamos avançando nesse sentido. Isso graças ao fato de a gestão municipal entender a importância dessa pauta não só para a cidade, mas para os cidadãos e o meio ambiente”, considera a secretária Edna França. A transformação cultural e comportamental, enfatiza, não é feita do dia para a noite. “Existe, sobretudo, o querer do poder público municipal em pensar e planejar para que isso aconteça. Por isso, precisamos nos preparar; preparar a cidade; e darmos condições para que o cidadão mude a sua forma de pensar e agir em relação à sua maneira de viver e sobreviver com os recursos naturais renováveis e não renováveis que temos”.

Conjunto de estratégias que Salvador deverá adotar para enfrentar as mudanças do clima, o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (Pmamc) integra o projeto sustentável da administração municipal, visando diminuir impactos negativos sobre a população, a economia e o meio ambiente.

A proposta, explica a secretária, é que o Pmamc sirva de guia de diretrizes e recomendações. “Conhecendo as áreas de riscos da cidade, é possível definir planos e medidas para impedir os deslizamentos e reduzir as suas consequências na população, evitando perdas de vida, através da contenção de encostas, da definição de rotas de fuga e até da remoção de edificações em casos mais graves”, pontua.

Uso de bikes

As ações de mitigação do Pmamc são para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, como, por exemplo, promover o uso de bikes e ampliar as cicloviárias. “Em 2012, Salvador tinha cerca de 50 quilômetros de via para ciclistas. Em 2021, temos 310 quilômetros de rede cicloviária na capital. Um avanço significativo”, destaca a gestora. O incentivo à energia solar, completa, é também outra ação que já vem sendo estimulada e implementada na cidade desde 2018, através do IPTU Amarelo (programa que oferece descontos

no IPTU para residências que adotarem energia solar em Salvador). “Já são 41 residências certificadas aqui na capital. Essas ações de adaptação são para que a cidade diminua os impactos da mudança do clima na vida da população e melhor preparar a cidade para essas consequências”.

Outra ação que irá contribuir para a execução do Pmamc, conforme a secretária Edna França, são os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec), que têm como um dos objetivos melhorar a percepção dos fatores de riscos

presentes nas áreas de encostas e vales, informando e capacitando a população para contribuir com a redução das ocorrências de desastres e suas consequências.

“O plantio de árvores, a ampliação de áreas verdes e programas como o IPTU Verde também contribuem muito na execução do plano. São as diretrizes e as ações, algumas das quais já estão sendo implementadas, que permitirão à cidade se tornar neutra em carbono em 2049 e estar melhor preparada para as mudanças do clima, virando uma ci-

dade inclusiva, verde-azul, resiliente e de baixo carbono”, afirma.

Engenheiro ambiental e ex-secretário municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência, o vereador André Fraga considera que Salvador entrou no mapa da sustentabilidade nos últimos anos. Ele reforça que são diversas as iniciativas que vêm de encontro à pauta global da sustentabilidade. “Salvador, de fato, ganha cada vez mais destaque. É uma cidade que se colocou em duas grandes frentes de atuação. A primeira é a do plane-

jamento, com planos como a Política Municipal de Inovação, a Política Municipal de Meio Ambiente, o Plano de Ação Climática e a Política Municipal de Arborização Urbana”, enumera o parlamentar.

A segunda frente, destaca Fraga, são as ações práticas e objetivas de mitigação e adaptação à emergência climática, como o plantio de árvores, a recuperação de diversos parques, como o da Cidade e o da Lagoa dos Dinossauros. “Isso tudo é política pública com entregas efetivas à população, como os quase 300 km de ci-

clovias, quando em 2013 tinha apenas 30 km; a mudança de toda a iluminação pública da cidade para LED; e a recuperação da Bacia Hidrográfica do Mané Dendê”. Como exemplo de inovação, o vereador cita o primeiro Centro Municipal de Inovação, o Colabore, focado no empreendedorismo de impacto social; e a primeira incubadora pública de negócios sociais, a In Pacto, além do IPTU Verde e o prédio verde da Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência.

Materiais recicláveis

Parceira da prefeitura de Salvador no trabalho ambiental, a startup So+ma está alinhada ao modelo sustentável de estímulo à correta destinação de materiais recicláveis. A empresa, que atua em Curitiba, chegou à capital baiana em fevereiro de 2019, quando foi aberta a primeira Casa So+ma e hoje já são oito: Imbuí (Praça do Imbuí); Mussurunga (Mercado Assaí); Stella Maris (Praça da Alameda Praia de Guaratuba); Ribeira (Largo do Papagaio); Caminho das Árvores (Big Bom Preço Iguatemi); Paripe (Prefeitura-Bairro Subúrbio); Periperi (Praça da Revolução); e Cajazeiras (Campo do Pronaica).

A So+ma tem o propósito de gerar impacto socioambiental, unindo tecnologia e ciência comportamental, visando promover a mudança de comportamento e, consequentemente, qualidade do meio ambiente e do desenvolvimento social nas comunidades. “Ao mesmo tempo, fomentamos o crescimento da economia local ao incentivar as trocas dos pontos em comércios da região. Levando seus recicláveis aos espaços mantidos pela So+ma, os moradores ganham pontos que podem ser trocados pelos benefícios. A adesão é totalmente gratuita e sem taxas de anuidade”, relatou a fundadora da startup, Cláudia Pires.

A parceria com a prefeitura de Salvador se dá por meio de um termo de cooperação e conta com apoio da iniciativa privada. Até o momento, 4,4 mil famílias soteropolitanas já participaram da iniciativa, que consiste em levar os seus resíduos até os contêineres, que levam o nome de Casas So+ma, e acumular pontos, que podem ser trocados por benefícios, que variam de cursos profissionalizantes a produtos essenciais, como alimentação básica e kits de higiene pessoal, e descontos em supermercados, somando pontos em um programa de vantagens. Desde que foi implantada em Salvador, a startup arrecadou mais de 377,2 toneladas de materiais.



Marcelo Gandra / Secis / 21.6.2021

Horta urbana une comunidade do Jardim das Margaridas



So+ma / Divulgação

Nova unidade da startup So+ma no Imbuí



Divulgação

Fraga diz que Salvador está no mapa da sustentabilidade

Pandemia reduz coleta de resíduos sólidos

Importante agente ambiental por contribuir com o aumento do índice de coleta seletiva, os catadores de resíduos sólidos dão seguimento à cadeia sustentável ao reaproveitarem e reciclarem produtos descartados por residências e empresas. A Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (Camapet), criada há 22 anos, no bairro de Massaranduba, é um exemplo de resistência diante da queda de arrecadação de resíduos ao longo da pandemia do coronavírus.

Apesar das dificuldades, a Camapet se mantém com o objetivo “de promover educação ambiental; desenvolvimento da coleta seletiva para reduzir os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos; e inserção do jovem em situação de risco social no mercado de trabalho”, como ressalta a presidente da associação, Michele Almeida.

O trabalho, iniciado com a formação de agente ambiental oferecido pela ONG Cama, atualmente é realizado por 18 catadores, entre homens e



Arquivo / Camapet

Material é prensado e entregue às empresas de reciclagem

mulheres, que sobrevivem da doação de materiais, como plásticos, metais, alumínio, papel/papelão, eletrônicos e óleo de fritura. Todo material que chega é prensado e destinado às empresas de reciclagem. “Elas geram renda para os cooperados e pagamos cus-

teios operacionais do empreendimento, já que nosso galpão é alugado. Estamos desde 2004 lutando para o reconhecimento e a contratação dos nossos serviços pelo município, mas ainda sem sucesso”, conta Michele.

A dirigente reclama tam-

bém da atual escassez de resíduos. “A cultura da nossa cidade ainda não é a de separar o lixo rotineiramente, mas a situação ficou mais crítica, para nós, na pandemia, pois nossos resíduos vinham, sobretudo, de empresas que, por conta da Covid-19, estão com seus fun-

cionários em home office”. De acordo com dados da cooperativa, a média de arrecadação anual, antes da crise sanitária, era de 120 toneladas e de maio de 2020 a janeiro de 2021, 30 toneladas.

CLAUDIA LESSA

MEIO AMBIENTE Iniciativa da prefeitura de Salvador é referência internacional

IPTU VERDE ESTÁ ENTRE SOLUÇÕES INOVADORAS

CLAUDIA LESSA

Instituído em Salvador pela prefeitura municipal, a partir do Decreto nº 25.899/2015 para incentivar empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos ou institucionais a realizarem ações e práticas de sustentabilidade em suas construções, o IPTU Verde tornou-se um programa de referência nacional de política pública sustentável. O IPTU Verde chegou a ser reconhecido internacionalmente como uma das 100 soluções, de 56 cidades, mais inovadoras para combater as mudanças climáticas na publicação Cities 100, lançada em 2015 na Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, realizada em Paris.

São consideradas sustentáveis as construções que adotam projetos de incentivo à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, como captação e reutilização de água; geração de energia; tratamento de resíduos; aproveitamento bioclimático; e uso de materiais provenientes de fontes naturais renováveis ou re-

cicladas, entre outras medidas. A participação no programa é opcional e aplicável aos empreendimentos a serem construídos, ampliados ou reformados.

Dados da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis) registram, atualmente, oito empreendimentos certificados e um em processo de renovação. Conforme as regras do IPTU Verde, os contribuintes que implementem em seus imóveis benfeitorias voltadas à utilização sustentável dos recursos naturais, recebem descontos diretamente no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que podem chegar a até 10%, de acordo com suas realizações da sua pontuação.

Em Salvador, os certificados concedidos variam de “bronze”, correspondente ao mínimo de 50 pontos, “prata”, correspondente ao mínimo de 70 pontos, e “ouro”, correspondente ao mínimo de 100 pontos. O percentual a ser descontado na tributação do IPTU corresponderá a 5% (bronze), 7% (prata) ou 10% (ouro). Diversos municípios brasileiros já implementaram o IPTU Ver-



Placas para geração de energia solar na sede da Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência, no Comércio

de, com propostas distintas e específicas e percentual de desconto variando em geral de 5% a 20%.

Contribuinte pode ter desconto de até 10% com a adoção de medidas sustentáveis em seus imóveis

Certificação sustentável

Para obter a pontuação no Programa de Certificação Sustentável e, assim, receber o IPTU Verde, a Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência informa que o empreendedor deverá integrar ao máximo em seu projeto de construção ou reforma as observações contidas no Anexo I do decreto municipal. O processo para a aquisição da certificação antecede do pedido de requerimento de pré-certificação, no qual são indicadas as práticas sustentáveis a se-

rem adotadas no empreendimento.

A solicitação tramitará prioritariamente e deve ser realizada junto à entrega do processo de construção, ampliação, reforma e modificação de projeto. O prazo de realização da análise é de 60 dias e a certificação do IPTU Verde é concedida no alvará de Habite-se, com posterior encaminhamento à Secretaria da Fazenda (Sefaz) para a concessão do desconto, que valerá por três anos, podendo ser reavaliado e estendido pe-

lo órgão licenciador por igual período, mediante solicitação do interessado.

De acordo com as regras, o formulário elencando cada uma das iniciativas e sua respectiva pontuação deve ser anexado ao dar entrada no pedido de alvará na Secretaria Municipal de Urbanismo. No pedido de Habite-se, o órgão municipal fiscalizará a entrega e emitirá, junto com a Secretaria Municipal de Sustentabilidade e Resiliência (Secis), o certificado que dará direito ao desconto no IPTU.

No âmbito da governança dos serviços urbanos, que iniciativas inovadoras a Secis tem promovido para estimular o desenvolvimento sustentável?

Posso começar citando a coleta seletiva da cidade, que retomamos há pouco mais de um mês e envolve diversas iniciativas em uma só. A prefeitura de Salvador, através da Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência (Secis), tem uma parceria com a startup So+ma na implantação e gestão de resíduos recicláveis. Todos os resíduos recicláveis arrecadados são destinados às cooperativas e a renda obtida com a comercialização do montante é 100% revertida para essas entidades. Isso é inovador. Isso é desenvolvimento sustentável. Você transforma o “lixo” em uma moeda social que lhe proporciona um benefício que pode ser trocado por alimento ou por algum desconto ou curso profissionalizante. Ao mesmo tempo, o cidadão descarta os resíduos em local adequado e o direciona para ser reaproveitado. Além disso, ajuda os catadores que trabalham nas cooperativas e ainda faz a economia circular a partir do momento em que comerciantes locais aderem ao serviço.

O que representa este movimento e que outras ações sustentáveis, ligados a ele, poderia citar?

Todo esse movimento estimula a consciência ambiental e sustentável do cidadão, dando possibilidade a ele de compreender que é possível sermos agentes transformadores de práticas sustentáveis em nossa cidade. Outras ações de muita importância também fazem parte desse conjunto de iniciativas e ações que visam a melhoria da qualidade de vida do cidadão e do ambiente que vivemos, como a revitalização e a criação de parques; o lançamento de editais que promovam o empreendedorismo com o objetivo de buscar soluções sustentáveis e inovadoras que possam melhorar o serviço público e, consequentemente, a condição de vida do cidadão; o melhor aproveitamento de áreas subutilizadas na cidade, com a criação do projeto Hortas e Pomares Urbanos, que implantou mais de 50 hortas na cidade; a implantação do IPTU Verde, que é um programa referência de política pública sustentável em todo o país e que concede descontos no IPTU para o empreendimentos que adotem ações sustentáveis em suas construções; e, do mesmo modo, o IPTU Amarelo, sendo este focado na energia fotovoltaica; o Disque Mata Atlântica, que entrega mudas da mata atlântica na casa do

ENTREVISTA

“TODOS NÓS SOMOS RESPONSÁVEIS PELO PLANETA QUE VIVEMOS”

Edna França

Secretária municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência

CLAUDIA LESSA

A secretária municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), Edna França, fala sobre as iniciativas inovadoras da prefeitura de Salvador para o desenvolvimento sustentável da cidade; ressalta as ações de combate às desigualdades e de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos; e o projeto ambiental compensatório à obra do BRT. O Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas é também tema do bate-papo.

Marcelo Gandra / Secis / Divulgação



como Av. Suburbana, vai reparar que tem árvores ao longo de seus 14 quilômetros de via. Esse plantio fez parte do projeto Suburbana Verde, realizado em 2018. Foram cerca de 1.520 árvores plantadas, muitas delas com a participação de moradores e comerciantes locais. Além de plantar, conversamos com essas pessoas sobre a importância da ação e os benefícios do projeto para aquela região da cidade. Passamos a fazer educação ambiental na prática.

Com a obra do BRT, a prefeitura afirmou ter adotado um projeto ambiental compensatório nos espaços públicos. De que forma se deu essa ação?

Em 2017, foi aprovado pela Câmara Municipal o Plano Diretor de Arborização Urbana, o PDAU. Até então, Salvador não tinha um documento que trouxesse, de forma estruturada e do ponto de vista legal, a arborização urbana. A partir de então, pela primeira vez o município passou a contar com uma lei que definia diretrizes e estratégias de planejamento, implantação, reposição e manutenção da arborização em espaços públicos. A arborização nas praças, calçadas, passeios, espaços livres, áreas verdes e canteiros das vias da cidade se definem como parte da infraestrutura urbana e, portanto, é um instrumento essencial para o cumprimento do plano. Projetos a serem licenciados pelo município, a exemplo do BRT ou empreendimentos imobiliários, passaram a obedecer aos critérios e às indicações estabelecidos pelo Manual Técnico de Arborização Urbana, documento elaborado pela SECIS, que se tornou referência no país e que é chancelado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana. Salvador passou muito tempo sem regras claras para o manejo da arborização urbana, o que gerou muitos conflitos e problemas técnicos. Atualmente, os órgãos responsáveis pelo plantio urbano, manutenção da cidade e licenciamento ambiental seguem a lei e o manual.

cidadão, dando a possibilidade de ele plantar árvores na cidade e entender a importância ambiental dessa atitude.

De que forma essas ações contribuem para o combate das desigualdades, a defesa do meio ambiente e estimula a participação social?

A partir do momento que revitalizamos uma praça ou um parque público, criamos outros, estamos dando acesso a todos os cidadãos a usufruírem daquele espaço. Quando implantamos hortas urbanas ou chamamos o cidadão para plantar ou lançamos editais com o objetivo de que empreendedores tragam as suas ideias e soluções para agregar melhorias à cidade, estamos proporcionando mais qualidade de vida para os cidadãos, mais participação social e, ao mesmo tempo, justificando o investimento. Sem dúvida que todas essas ações buscam tonar a nossa cidade em um ambiente mais saudável e agradável para se viver. A defesa do meio ambiente pode começar dentro da nossa casa, quando a gente separa o resíduo e faz a destinação correta dele, por exemplo. Quando se utiliza a água de maneira responsável. Cuidar do ambiente em que vivemos não é algo distante de nós. Está no nosso dia a dia. Todos nós somos responsáveis pelo planeta que vivemos: poder público, iniciativa privada e cidadãos. Se cada um fizer a sua parte, não tenho dúvida de que o mundo melhora.

Onde aconteceram plantio de mais de 75 mil mudas de árvores, paisagismo em cerca de 100 km de extensão e arborização em 260 novos espaços, conforme a prefeitura divulgou?

Aconteceram em praticamente toda a cidade. De Stella Maris ao subúrbio. Quem mora ou visita Salvador percebe fácil a diferença de como a cidade estava em 2012 e de como ela se transformou para melhor ao longo desses quase nove anos. Naquela época, não se plantava árvores como se planta hoje em Salvador. Não se preocupava em saber quais as melhores espécies para a arborização urbana e se elas não vão, por exemplo, prejudicar as calçadas. Todos os anos realizamos a Operação Plantio Chuva, que já cultivou mais de 20 mil árvores na cidade em quatro edições, a maioria de espécies da mata atlântica. Aproveitamos o período chuvoso na cidade e, entre março e agosto, plantamos praticamente toda a semana. Este ano, já plantamos mais de três mil árvores. Quem passa pela Av. Afrânio Peixoto, por exemplo, mais conhecida

MIRIAM HERMES

MEIO AMBIENTE Entre as iniciativas na região estão a recuperação de nascentes e o Patrulha Mecanizada

OESTE GANHA DESTAQUE COM AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Manter a sustentabilidade do planeta é um dos principais desafios enfrentados pela humanidade nos últimos anos, sendo responsabilidade de cada lugar gerenciar a ocupação humana, para assegurar o equilíbrio ambiental e as condições de vida saudável.

Na região oeste da Bahia algumas iniciativas têm ganhado destaque nacional, como o Programa de Identificação, Proteção e Recuperação de Nascentes e o Patrulha Mecanizada, executados por meio da iniciativa de produtores rurais em modelo de parceria entre entidades civis e órgãos públicos.

Premiado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em março deste ano em primeiro lugar na categoria Organizações Civis, o programa das nascentes é executado pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) em parceria com a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro) e o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

Dos nove municípios já contemplados, seis estão localizados no extremo oeste, situados na divisa com os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Piauí, com predominância do bioma cerrado e cujas águas fazem parte da bacia hidrográfica do São Francisco.

O foco principal é preservar as fontes para assegurar a riqueza hídrica regional, que é favorecida pelo sistema de captação natural da água das chuvas pelos terrenos arenosos do cerrado, abastecendo os aquíferos.

Estas reservas jorram nas nascentes formando os rios perenes que formam as sub-bacias dos rios Carinhonha, Corrente e Grande, que estão entre os principais tributários da margem esquerda do Velho Chico, notadamente nos meses de seca.

Com cerca de quatro anos o programa identificou 220 nascentes passíveis de intervenções para recuperar ou preservar os locais. O diagnóstico técnico já foi elaborado para 92 minadouras, dos quais 63 já receberam as ações, com recursos da Abapa e IBA.

Segundo a diretora de meio ambiente e irrigação da Aiba, Alessandra Chaves, em paralelo às ações físicas, as comunidades atingidas são envolvidas por meio de capacitações e treinamentos sobre métodos para recuperação e proteção das veredas e matas ciliares, com a participação dos técnicos das secretarias de Meio Ambiente e Agricultura dos



Nascente de Jataí, em São Desidério, foi uma das recuperadas

municípios atingidos.

Ela ressaltou que é fundamental esta sensibilização para assegurar a continuidade dos cuidados com as fontes naturais e seu entorno. Além de técnicas executadas nos locais de afloramento da água, também é feito replantio de mudas nativas e cercamento das Áreas de Proteção Permanente (APPs).

Com a perspectiva de ga-

Programa Proteção e Recuperação de Nascentes foi premiado pela Agência Nacional de Águas este ano

nhar escala para as ações do programa neste ano, por meio da parceria da Aiba com o Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro), serão ampliadas as ações de proteção e recuperação de nascentes nos municípios de Barreiras e São Desidério, afirmou.

Alessandra Chaves lembrou que, além das entidades já citadas, o trabalho conta com participação da equipe do Parque Vida Cerrado, com ações de educação ambiental, da SLC Agrícola, com doações de mudas, e da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), com o viveiro de produção e pesquisa de espécies nativas do cerrado.

Outra ação deste trabalho focado na sustentabilidade ambiental está ampliando as pesquisas e extensão no Cen-

tro de Referência em Recuperação de Área Degradada (Crad), instalado em Barreiras, por meio de parceria entre as entidades executoras do programa, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema).

Patrulha Mecanizada

Embora com uma abordagem diferente, o Projeto de Aquisição de Máquinas, Insumos e Veículos Auxiliares para a Conservação dos Recursos Naturais da Lavourea de Algodão e escoamento da produção também tem foco na sustentabilidade da região.

Entre os principais objetivos está proporcionar estradas e pontes de boa qualidade para facilitar o deslocamento das pessoas envolvidas na produção agropecuária e outros mo-

doadores destas regiões que são impactados pela iniciativa, mas conhecida como Patrulha Mecanizada.

Em cerca de sete anos de atuação, já recuperou a soma de três mil quilômetros em 43 estradas de nove municípios, com investimento dos produtores de mais de R\$ 40 milhões. Criado pela Abapa, o projeto tem parceria da Aiba por meio do Prodeagro e conta com financiamento do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

O reflexo direto no meio ambiente acontece principalmente com correção de erros de engenharia existentes em alguns trechos, que transformaram estradas em corredores para as águas pluviais, prejudicando sua dinâmica natural, provocando erosão e assoreamento.

De acordo com o presidente da Abapa, Luiz Carlos Bergamaschi, todos os projetos executados dentro do Patrulha Mecanizada têm esta preocupação. A construção de contenções laterais com plantio de capim e as bacias de captação (buracos ao lado da pista como pequenas lagoas) são técnicas de combate à erosão, que facilitam que a água infiltre no local que a chuva cai.

“É importante sempre evoluir”, disse em relação às melhorias ambientais implementadas na região, salientando que, “além do fator econômico que favorece os produtores com ampliação da competitividade através da logística, também temos um relevante aspecto social, pois as estradas servem às fazendas, bem como a todos os moradores das comunidades próximas”.

Luís Eduardo Magalhães é pioneiro na região no serviço de coleta seletiva

A cidade de Luís Eduardo Magalhães é pioneira na região na oferta do serviço de recolhimento de resíduos passíveis de reciclagem, implantado desde 2014 por meio de parceria entre o município e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Reciclaem).

Atualmente 27 famílias são beneficiadas diretamente, “sendo a renda de cada associado proveniente do rateio do valor total da venda dos materiais recicláveis”, explicou o secretário municipal de Meio Ambiente, Jefferson Café.

Ele citou a existência de um contrato entre a associação e a administração local, que disponibiliza um galpão com maquinário usado no trabalho de triagem, processamento e prensagem dos materiais, para que sejam comercializados.

“A coleta é realizada porta a porta na zona urbana, com rotas definidas por bairros para cada dia da semana, contando com uma frota de quatro caminhões”, afirmou o secretário, apontando que a média recolhida por mês é de 50 toneladas, entre vidro, metal, plástico e papel.

Ascom LEM / Divulgação



Junior Marabá conta que está investindo em aterro sanitário

Café salientou que estes resíduos, “ao invés de estarem sendo descartados no aterro controlado, estão sendo reaproveitados de acordo ao que preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além de contribuir, de forma direta na renda de famílias carentes”.

Saúde pública

O município também está investindo na implementação de



Equipe da associação Reciclaem

Reciclagem/ Divulgação

um Aterro Sanitário, com vida útil programada até o ano de 2040 e capacidade para receber 99 toneladas/dia.

“Essa é antiga reivindicação da população, pois se tornou um problema de saúde pública”, afirmou o prefeito Junior Marabá, acrescentando que seu compromisso com os moradores foi resolver o problema do lixo a céu aberto dentro da cidade em dois anos,

“mas acredito que vamos conseguir antes deste prazo”.

O gestor pontuou que o processo está entrando na fase de licitação para escolha de empresa que vai construir o aterro dentro das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). “A expectativa é que a finalização das obras ocorra entre seis e oito meses depois de iniciadas.

Otimista com o trabalho de-

envolvido nos primeiros meses de gestão, Marabá enfatizou a sua preocupação com os moradores do bairro Parque São José, onde o atual lixão está situado, bem como de outros bairros residenciais próximos, pelos problemas causados não só pelo mau cheiro, mas também a existência animais peçonhentos, insetos indesejáveis e fumaça.

Ele salientou que um estudo

está em andamento para encontrar uma destinação à área ainda usada como lixão, que poderá ser transformado em um parque sem visitação, com manejo adequado para recuperação gradativa da área impactada “para proporcionar melhor qualidade de vida e bem-estar socioambiental à população”, concluiu.

MIRIAM HERMES

Engenheiro agrônomo por formação, ex-secretário de Meio Ambiente da Bahia, como o senhor avalia a questão da sustentabilidade das atividades agropecuárias no estado, considerando que o assunto ganhou reforço dentro do Plano Safra 2021/22?

A agropecuária baiana exerce papel essencial no crescimento econômico, representando 1/4 do PIB do estado, empregando 1/3 da população ativa e sendo responsável por aproximadamente 50% das exportações baianas. Entretanto, esse setor enfrenta importantes desafios situados entre o aumento da produção e a redução de impactos ambientais. Os avanços tecnológicos são aliados, contribuindo para que a produtividade do setor tenha aumentado rapidamente nas últimas duas décadas. Com isso, observamos uma redução da pressão de desmatamento na Bahia. Portanto, praticar a sustentabilidade na agropecuária é aumentar a produção de alimentos e melhorar a segurança alimentar, garantindo o suprimento das necessidades de nossa geração e das gerações futuras, adotando práticas responsáveis e que respeitam o meio ambiente. Vale lembrar que os principais recursos utilizados para produção agropecuária são renováveis, a exemplo da água, sementes, solo, dentre outros. Isso faz com que a agropecuária sustentável seja uma atividade totalmente possível, e é essa a nossa realidade atual. Os produtores baianos continuam investindo em processos de intensificação sustentável, com destaque para a produção de duas safras por ano em mesma área, com o uso de tecnologias mais sustentáveis tais como recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); sistemas agroflorestais etc. Assim, o Plano Safra veio para somar, pois é um grande fomentador do desenvolvimento agropecuário em bases sustentáveis, incentivando a modernização tecnológica e a aplicação das melhores práticas no campo, em conformidade com a legislação ambiental brasileira, que, aliás, é uma das mais avançadas do mundo. Destaco algumas aplicações do Plano Safra no estado, como o fortalecimento do Programa ABC e a agricultura irrigada sustentável com uso de tecnologia apropriada.

Quais as principais ações com foco nesta sustentabilidade em andamento no estado, por meio da Seagri ou com sua parceria?

Referência em produção sustentável, o oeste da Bahia tem servido de exemplo para outros polos produtivos no Brasil. O modelo adotado na região agrega práticas conservacionistas de solo e água, mostrando a tecnologia sendo usada de maneira proativa, com o fomento do cumprimento legal e da adoção de boas práticas em todas as atividades do empreendimento rural, além da transferência de conhecimento e de tecnologia entre os produtores rurais. Na prática, podemos exemplificar pela cotonicultura, que tem a Bahia como o segundo maior produtor de algodão no Brasil, atrás apenas do Mato Grosso. No oeste, região produtora, há ações de parceria por meio do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão da Bahia (Proalba), que é exemplo de sucesso na concessão dos incentivos fiscais para o desenvolvimento da atividade, traçando um perfil competitivo apto a atender, com absoluta qualidade e regularidade, aos mercados doméstico e internacional, promovendo considerável desenvolvimento ambiental, econômico e social para todo o estado. O fortalecimento da cotonicultura baiana, a responsabilidade social e ambiental, a geração de empregos diretos e indiretos, o desenvolvimento tecnológico, dentre outros exemplos, são ações do Fundeagro e seus parceiros para a sustentabilidade do agronegócio do algodão. Os reflexos positivos desse desempenho na economia estadual, notadamente nas regiões produtoras, são visíveis e nos fizeram saltar de uma produção decrescente para uma produtividade e qualidade surpreendentes, em que as ações conjuntas da iniciativa privada e do governo do estado da Bahia têm sido essenciais para a equalização dos problemas e definição de soluções.

Ainda nessa área tem repercussão o trabalho realizado no programa Patrulha Mecanizada, na região do Bioma Cerrado, por meio de parcerias público-privadas (PPPs), em inicia-

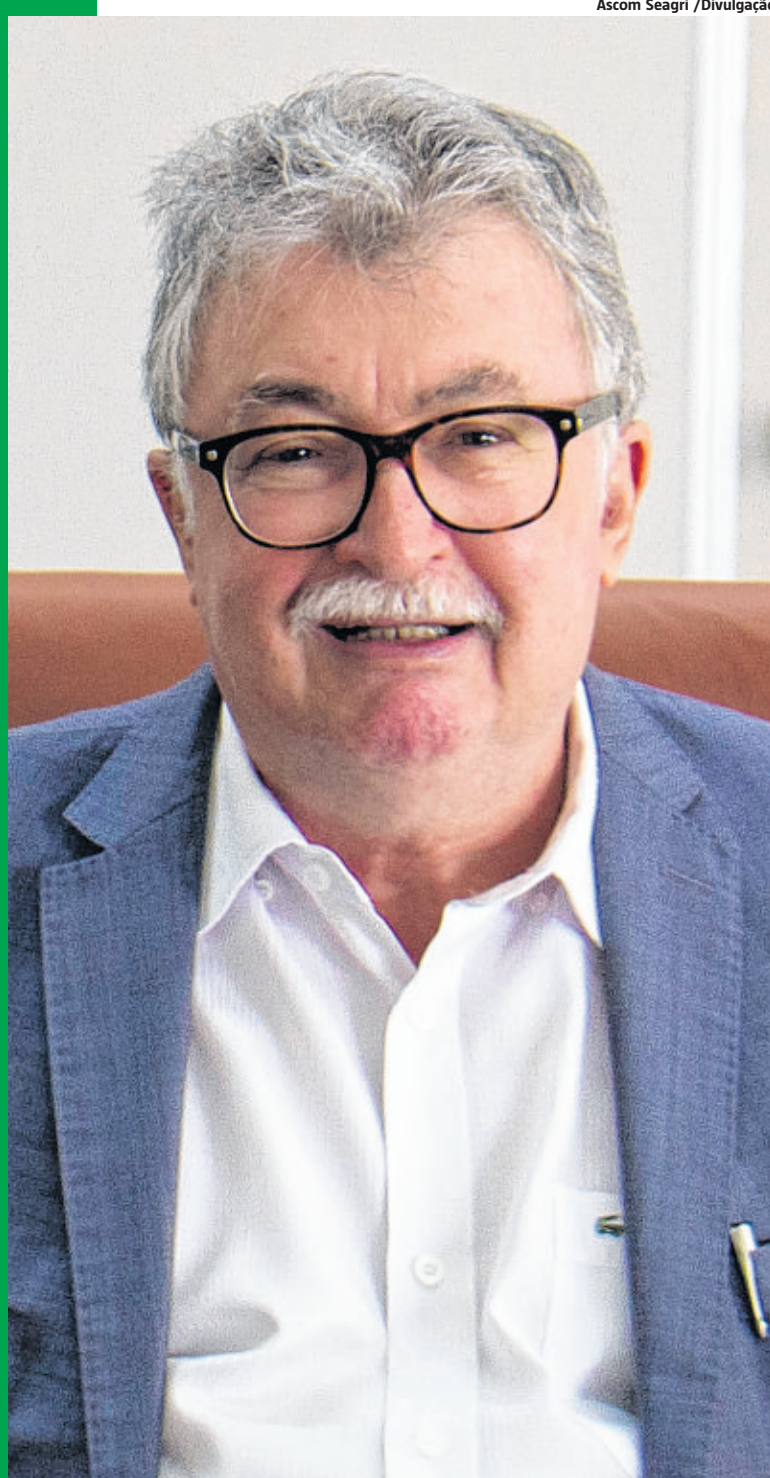
ENTREVISTA

“A AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL É UMA ATIVIDADE TOTALMENTE POSSÍVEL”

João Carlos Oliveira
Secretário de Agricultura da Bahia

MIRIAM HERMES

O desenvolvimento sustentável é meta de grande parte dos países para assegurar proteção aos recursos naturais, promover a erradicação da miséria e fomentar vida digna para os habitantes do planeta. Sobre o tema, nossa reportagem conversou com o secretário de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (Seagri), João Carlos Oliveira, abordando também importantes culturas que produzem alimentos, geram empregos, renda, impostos e movimentam a economia do estado.



Ascom Seagri / Divulgação

Praticar a sustentabilidade na agropecuária é aumentar a produção e melhorar a segurança alimentar

Os avanços tecnológicos são aliados, contribuindo para que a produtividade do setor tenha aumentado

tiva dos agropecuaristas por meio das associações, que vem recuperando estradas e pontes em municípios produtores do oeste baiano. Além de focar o escoamento das safras, o programa tem forte apelo ambiental, pois, por meio de projetos de engenharia, as ações visam corrigir erros de construção de trechos das rodovias, que vinham facilitando a erosão do solo e o assoreamento dos mananciais. Como a Seagri acompanha/colabora com esse trabalho? Acha que pode ser replicado para outras regiões do estado?

Bom você falar do programa Patrulha Mecanizada. É importante ressaltar que ele é financiado com recursos do Programa para o Desenvolvimento da Agropecuária, o Prodeagro, sendo uma entidade civil autorizada pelo Decreto Estadual nº 14.500, de 28 de maio de 2013. O programa está caracterizado como fundo privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria. A operacionalização obedece aos instrumentos legais, limites do decreto citado e ao Estatuto Institucional. Os recursos do Prodeagro advêm, basicamente, de crédito fiscal concedido por meio do decreto nas aquisições internas junto ao produtor rural não constituído como

peessoa jurídica, credenciado pela Seagri, dos produtos agrícolas que indicarei a seguir, quando adquiridos com diferimento do ICMS e destinados à industrialização, correspondente ao valor resultante da aplicação sobre o valor de pauta fiscal dos seguintes percentuais: I - soja: 2,04%; II - milho: 1,6%; III - café: 0,77%. Estes recursos são aplicados após submissão e aprovação do respectivo projeto pelo conselho gestor, do qual a Seagri faz parte. Sobre replicar essa iniciativa, cabe ressaltar que o governo do estado tem buscado ampliar a ação, promovendo a distribuição aos consórcios de infraestrutura, máquinas e equipamentos para promover a melhoria das estradas vicinais, abertura de aguadas e apoio logístico para escoamento da produção.

O milho, além de ter presença em pequenas propriedades em todas as regiões do estado, é uma das commodities que ocupam as grandes fazendas na região oeste. Historicamente era mais utilizado nessa região para a rotação de culturas e formação de palhada, duas práticas da agricultura sustentável, pois produtores por muitos anos reclamaram do ICMS que deixava o grão baiano mais caro, tirando a competitividade do produto em relação a outros estados. Já como titular da Seagri o senhor conduziu as negociações finais para que este imposto passasse de 12% para 2%, uma conquista histórica para os produtores. Na sua perspectiva, quais os principais impactos desta redução para a economia do estado?

Com a alíquota anterior não havia outro estímulo para o produtor, senão o aspecto ambiental da cultura. Agora, além disso, haverá o incentivo a se produzir mais, pois o milho baiano disputará espaço com o de outras regiões do Nordeste e acabará também os problemas de sonegação do imposto, o que acontece com frequência. A decisão do governo do estado atende a um pleito antigo do agricultor, que recebeu a notícia com muita satisfação, pois agora está em condições de competir igualmente com outros estados.

Ainda entre as principais commodities baianas, o algodão tem registrado aumento de produtividade bem como da qualidade das fibras que crescem na região oeste, ganhando destaque nacional. Qual sua expectativa para a cotonicultura do estado para a próxima safra, considerando os bons preços alcançados na safra que está em andamento?

A expectativa para esse setor é de 10% de acréscimo, devido ao forte avanço nos preços internacionais do algodão, vendas antecipadas e boas perspectivas para a produtividade da cultura. Tudo isso traz aos produtores a expectativa de que haverá espaço para avançar na área de plantio da safra 2021/22.

Importante cultura do setor agrícola baiano, o cacau está crescendo em área e pesquisas também na região oeste. Qual papel da Seagri nesse processo?

A implantação do cacau no oeste da Bahia é resultado de um projeto que vem sendo levado à frente há sete anos, com acompanhamento próximo da Seagri. Atualmente, seis fazendas no oeste fazem experimentos com o cacau, totalizando uma área de plantio de 180 hectares. Há um viveiro de pro-

dução em Riachão das Neves, com estufa para 1.200 mudas, no Projeto Barra do Riacho, a 34 km de Barreiras. No final do projeto, as estufas receberão dois milhões de mudas de cacau por ano. É como eu sempre digo, plantas e os animais também se adaptam às transições climáticas, e o cacau é um bom exemplo disso, antes cultivado apenas na cabruca (embaixo da mata) passa a ser cultivado, com bons resultados no oeste baiano, a pleno sol.

Com o alerta nacional sobre a confirmação da doença monilíase em plantas de cacau no estado do Acre a Seagri já se adiantou com medidas que visam proteger a atividade na Bahia. Quais principais pontos da Nota Técnica divulgada dia 15 de julho e qual a relevância do engajamento dos cacauicultores nesse processo?

A ação exitosa da Defesa Agropecuária tem como uma das principais premissas o compartilhamento de responsabilidades, cujo comprometimento e interação do setor produtivo, dos órgãos de defesa estadual, da pesquisa, da assistência técnica, dentre outros atores do segmento, sob a coordenação nacional do Mapa, são imprescindíveis e estratégicos para o sucesso do desenvolvimento do setor agropecuário nacional. A ocorrência da praga, em área urbana no município de Cruzeiro do Sul, no Acre, teve confirmação pelo laboratório de referência do Mapa no dia 8 de julho. A ação inicial de todo o processo epidemiológico reforça a importância do referido comprometimento da sociedade. Neste caso específico, uma estudante, através da observação de material educativo produzido pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta do Acre – Idaf, distribuído amplamente com informações técnicas sobre a doença em questão, percebeu semelhança entre os sintomas apresentados pela planta e o referido material. Foi acionado o órgão de defesa estadual, que deflagrou os diversos procedimentos de vigilância epidemiológica. Funcionou, então, a vigilância passiva, ação de caráter estratégico para adoção de medidas de mitigação e controle fitossanitário. Vale ressaltar que a Bahia, com ações da Seagri/Adab, coordenou o primeiro Plano de Contingenciamento à Monilíase, estabelecendo diretrizes estratégicas de vigilância epidemiológica, como levantamento fitossanitário, fiscalização do trânsito e educação sanitária. Esse plano se fundamentou na multidisciplinaridade do conhecimento, portanto, a participação dos cacauicultores, através de suas representações, foi e sempre será de extrema importância para o desenvolvimento dessa lavoura.


Além das culturas que já tratamos, quais outras estão em destaque no agro baiano? E quais as outras regiões que têm despontado no setor?

Nosso estado é uma potência agrícola, e isso é de suma importância para a economia, pois gera emprego e renda. Somos o setor menos afetado pela crise provocada pela Covid-19. Somos referência nas principais cadeias agropecuárias, seja pela produção ou pela produtividade. E tudo isso é resultado de um trabalho árduo. A Bahia é a segunda produtora e exportadora de frutas frescas do Brasil. Tratando-se de alguns produtos, como a uva e a manga, o estado é o segundo maior exportador do país. Tudo isso devido a seu clima, que proporciona duas ou mais colheitas por ano, suas terras aptas a receber diversos cultivos, os abundantes recursos hídricos e uma política voltada à produção rural que está sempre atenta ao dinâmico cenário do setor, colaborando para o desentrelamento de burocracias, apoiando e criando projetos que fazem a fruticultura avançar cada vez mais em todo o nosso território. Para a Bahia, o IBGE prevê aumento de 4,1% nas safras de cereais, oleaginosas e leguminosas este ano, em comparação com 2020. Destaco a produção de soja, que deve ter aumento de 12,6% em comparação com o ano passado. Na safra de milho, o crescimento deve ser de 5,5%. E estou realmente otimista quanto aos números de outros itens, como cana-de-açúcar, castanha de caju, banana etc. Além das regiões do estado que já têm tradição voltada para a agropecuária, despontam territórios como o Nordeste II, que se destaca na produção de frutas, milho e outras culturas.

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 4.4.2018

SEMA VISA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), instituída pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, tem por finalidade assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do estado da Bahia, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente, com respeito à diversidade étnico-racial-cultural e à justiça socioambiental. Atualmente, a Sema tem como órgão da administração indireta o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), criado pela Lei nº 12.212/2011, que busca promover a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do estado da Bahia



Cursos EAD facilitam formação

CÁSSIO SANTANA

Desde 2012, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) promove cursos de educação e formação continuada de agentes públicos com atuação na área ambiental em diferentes municípios baianos. Um exemplo é o curso Formação em Política e Gestão do Meio Ambiente, desenvolvido com o objetivo de fortalecer competências relativas à tomada de decisões, implementação e avaliação de programas, projetos e planos ambientais dos gestores municipais.

De acordo com a coordenadora de articulação institucional na Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade da Sema, Kitty Tavares, o curso busca instrumentalizar agentes de acordo com a legislação para atuarem estrategicamente na implementação das ações referentes à gestão ambiental.

“Esse curso faz parte de uma grade de cursos que temos na Sema, que a gente chama de ‘trilha de capacitação’, que disponibilizamos para os municípios da Bahia. O público é composto por gestores e técnicos que atuam nos órgãos ambientais, sociedade civil organizada, conselhos de meio ambiente e outros órgãos colegiados”, explicou Kitty Tavares. “A Sema organizou e programou esses cursos considerando a demanda e conhecimento técnico da política de gestão de meio ambiente”.

Com certificação, as iniciativas fazem parte da política de fortalecimento e descentralização da gestão ambiental, através do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) e do Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Formar). O Formar investe em processos de aprimoramento da gestão pública, tendo em vista a implantação e execução de políticas públicas voltadas para gestão ambiental e recursos hídricos

“No Formar, temos um calendário de cursos. Os cursos são formados a partir de áreas temáticas, com base em consultas aos órgãos colegiados e conferências de meio ambiente. A partir disso, então, definimos as áreas temáticas e dessas áreas surgem os cursos”, afirma Kitty Tavares. “A gente trata dos instrumentos das políticas de meio ambiente, dos instrumentos de controle, fiscalização, monitoramento ambiental, audiências públicas e instrumentos de planejamento”.

Segundo a coordenadora de Articulação Institucional, entre 2012 e 2015, foram ministrados 15 cursos presenciais em todo o estado.

“A Bahia é um dos poucos dos 27 estados do Brasil que implementou essa política, regulamentada em 2019, e tem ações concretas de educação ambiental, de atingir a população com uma série de iniciativas relacionadas à educação

MEIO AMBIENTE Secretaria estadual promove cursos de educação e formação continuada voltados para agentes públicos com atuação nos municípios baianos

GESTORES E TÉCNICOS SÃO CAPACITADOS PARA ÁREA AMBIENTAL



Kitty Tavares, da Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, conta que a Sema tem grade de cursos na área ambiental



Erica Rusch ressalta importância de gestão ambiental efetiva

ambiental”, pontua Tavares.

Gestão ambiental

Para a advogada especializada em direito ambiental e sustentabilidade, Erica Rusch, uma gestão ambiental efetiva é de fundamental importância “por ser ferramenta principal na busca de melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

“Importante ressaltar que a Constituição Federal prevê a competência dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo aí a criação de uma política municipal de meio ambiente”, destacou a advogada.

“Para a existência de uma gestão ambiental eficiente é indispensável a criação de uma política municipal de meio ambiente e o desenvolvimento de pro-

gramas envolvendo a participação popular”, acrescentou.

Formato EAD

Em 2017, o programa Formar ganhou um formato a distância, pela plataforma Moodle, dando continuidade às formações continuadas agora através da rede de computadores. Segundo Kitty Tavares, a versão EaD do programa surge como uma forma eficiente de levar as aulas para os 27 territórios de identidade da Bahia, que englobam os 417 municípios do estado.

Com a iniciativa, de acordo com Kitty Tavares, a Sema busca cumprir com seu propósito de aprimorar e expandir a oferta de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos, servidores, técnicos, gestores,

membros de órgãos colegiados e demais representantes da sociedade civil no tema. Kitty Tavares explica que os cursos foram lançados também na modalidade síncrona, em formato de live.

“Nós lançamos o curso de aulas síncronas, em tempo real, e definimos os temas para cada dia, com uma carga horária de 60h, duas aulas por dia, em um turno, e fazendo um trabalho ao final. Para o segundo semestre (de 2020), encerramos fazendo um curso de gestão de meio ambiente e um curso de educação ambiental, na modalidade de aulas síncronas. O público do primeiro foi de 300 pessoas que se inscreveram e ao final tínhamos 198 pessoas. O curso de educação ambiental tinha em torno de 200 pessoas”, conta.

“Nesse semestre, vamos lançar quatro turmas de cada curso. Licenciamento ambiental, fiscalização ambiental, monitoramento ambiental, avaliação ambiental integrada e a depender da demanda, educação ambiental. “Queremos atender os municípios dos vários territórios de identidade do estado. É uma forma de fortalecer nosso sistema de meio ambiente, o Sisnama. O governo tem essas iniciativas para chegar localmente dentro daquela máxima em relação ao desenvolvimento sustentável: pensar globalmente e atuar localmente”, disse.

Para Erica Rusch, a educação é uma ferramenta fundamental para a democratização do tema gestão ambiental. “O governo deve instituir uma política de educação ambiental e por meio de políticas públicas promover programas que, além de conscientizar a população da importância de suas ações para o equilíbrio do meio ambiente, estimulem a prática de ações pautadas na sustentabilidade”.

Interdependência

A advogada especializada em direito ambiental e sustentabilidade, Erica Rusch, afirma que a criação das políticas voltadas à preservação ambiental é um passo importante para a adequação gestão municipal. Contudo, a advogada ressalta que é necessário “associar a criação das políticas ambientais à promoção do desenvolvimento”.

“Enquanto essas políticas, de preservação e do desenvolvimento econômico, não estiverem coordenadas, seguiremos com uma gestão ambiental ineficiente. A meu ver, não é possível dissociar a preservação ambiental do desenvolvimento econômico pois são movimentos interdependentes”, avaliou.

“Precisamos avançar na criação de políticas sólidas de sustentabilidade, que associa os instrumentos de preservação e de incentivos econômicos. E em paralelo a implementação de políticas públicas de formação de consciência e participação popular. Aí, sim, teremos uma efetiva gestão ambiental”, finalizou a advogada.

MEIO AMBIENTE Destinação correta do lixo é essencial para a sustentabilidade e integra a Política Nacional de Resíduos Sólidos

MAIORIA DAS CIDADES CARECE DE ATERROS SANITÁRIOS

MIRIAM HERMES

A destinação correta do que se conhece por lixo é essencial para a sustentabilidade do planeta e é responsabilidade tanto de empreendimentos privados como de gestões municipais, que têm o dever de cuidar dos resíduos urbanos. Instituída pela Lei 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é a principal referência para o assunto no Brasil, adequada nestas duas décadas por uma série de normas e leis complementares.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), dos 417 municípios baianos, apenas 198 responderam ao questionário do sistema em 2019. Destes, 163 autodeclararam destinar os resíduos para lixões, 21 para aterros controlados e apenas 14 para aterros sanitários.

Para o presidente da Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FEC), Wilson Cardoso, os municípios que não têm renda própria e dependem apenas de repasses federais, não têm condições de arcar com todos os custos de implantação dos aterros sanitários e outras iniciativas para atender à legislação.

Ele atribuiu à questão econômica o fato da maioria das administrações municipais postergar nos últimos anos a desativação dos lixões e utilização de aterros sanitários. Também reclamou que municípios com pouco volume de resíduos “não são atrativos para empresas especializadas neste setor, se constituindo em mais uma dificuldade”.

Prefeito de Andaraí, na Chapada Diamantina, Cardoso disse que a união através dos consórcios é uma das saídas mais viáveis. “Estamos começando um trabalho para sensibilizar os gestores e programamos visitas nos próximos meses para 27 consórcios já estabelecidos”, com a meta de atingir 386 municípios”, enfatizou.

Outra demanda não resolvida pela maioria, disse, é a falta de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos, que é obrigatório e dá início à solução deste problema, asseverou, acrescentando que a entidade está trabalhando para ajudar os municípios coligados.

Diretor-executivo da FEC, Winston Santos explicou que com este plano os municípios terão informações sobre o que eles produzem de resíduos e, com este conhecimento, então saberão qual a destinação mais correta, dentre outras ações para se alinhar com as exigências legais.

Graduado em ciência e tecnologia e pós-graduando em gestão de resíduos sólidos socialmente integrada (Gersi), ambos pela Ufba, ele pontuou que o foco deve ser o reaproveitamento máximo destes materiais, para reduzir o que será descartado nos aterros.

Plano para a Bahia

A elaboração de um plano de abrangência estadual, que está em andamento, vai ajudar na formatação de planos locais e regionais. Segundo Santos, a gravimetria (estudo da composição dos resíduos de uma localidade) representa 60% dos custos de um plano. “Com o repasse destas informações para os municípios, este custo será

abatido do total necessário para montar os planos locais”.

Secretário estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Nelson Pelegrino disse que para os demais 40% de gastos necessários para confeccionar os planos, os municípios também terão apoio do estado por meio de equipes de profissionais especia-

lizados no assunto, que vão acompanhar os processos junto dos consórcios.

Ele salientou que o grupo técnico que o estado está constituindo tem ainda a missão de colaborar com os consórcios na formatação de arranjos e contratos, bem como uma modelagem jurídico institucional para gerir as ações regionais de

Luciano Carcará / Ag. A TARDE / 25.6.2018



Pelegrino diz que prefeituras terão apoio para fazer aterros

Danillo Gabriel / UPB / 29.3.2021



Cardoso afirma que municípios têm dificuldades com custos

198

dos 417 municípios baianos responderam ao SNIS. Destes, 163 autodeclararam destinar os resíduos para lixões, 21 para aterros controlados e apenas 14 para aterros sanitários

Consórcios são alternativas para pequenos e médios municípios implantarem aterros sanitários



Central de Tratamento e Valorização do Resíduo, em Cabralia

Ramon Modesto / Divulgação / 30.6.21

Classificação é essencial para destinação do lixo

A classificação dos resíduos sólidos é fundamental para que tenham uma destinação correta conforme suas características, com o máximo de reaproveitamento e o mínimo de ‘sobra’, o que é descartado.

“Tudo só funciona bem com uma educação ambiental que conscientize de fato a população sobre a importância de fazer a seleção dos resíduos na fonte geradora”, afirmou o engenheiro civil João Fortuna, da Naturalle, empresa privada que está investindo nesta área na região do extremo sul baiano.

Ele explicou que um objeto perde seu valor para aproveitamento com reciclagem, se for contaminado, por exemplo, com óleos e outros produtos. “Por isso desde a origem os materiais devem ser separados e seguir em recipientes distintos”, salientou.

Inaugurada no início deste ano, a Central de Tratamento e Valorização do Resíduo (CTVR) na Costa do Descobrimento, do grupo Naturalle, foi projetada para atender a empresas privadas e oito municípios da re-

gião turística. Por enquanto, apenas Eunápolis já assinou contrato com o empreendimento para dar a destinação correta aos resíduos urbanos.

Educação e fiscalização

Fortuna lembrou que a CTVR, instalada no município de Cabralia, tem capacidade para acabar com oito lixões, mas que cabe aos municípios aderir. Além de educação ambiental, ele pontua que a fiscalização dos órgãos responsáveis também é essencial para a erradicação dos lixões e problemas correlatos.

As dificuldades para atender às exigências das leis têm motivado outros municípios a contratar empreendimentos privados, reduzindo custos por manter estrutura que atende a várias localidades.

Exemplo disso é a Central de Valorização de Resíduos (CVR) Costa do Cacau, que desde o final do ano passado está atuando naquela região, atendendo por enquanto aos municípios de Itabuna e Ibicaraí, além de grandes empresas de diversos ramos, co-

acordo com cada realidade.

Pelegrino acrescentou que, diferentemente do que a maioria da população pensa, os aterros são apenas parte da solução, porque a PNRS prevê, entre outras iniciativas, campanhas de conscientização sobre separação dos resíduos nas residências e nos empreendimentos geradores para facilit-

tar a coleta seletiva.

Outra obrigatoriedade prevista na PNRS, lembrou o diretor de manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas da Sedur, Gustavo Campos, é garantir o envolvimento das famílias de catadores que sobrevivem deste ofício nas cidades, assegurando que, com a extinção dos

lixões, elas não fiquem desamparadas.

Ele lembrou que com recursos do PAC 2 a Bahia já fez o levantamento das informações de 220 municípios, “que estão concluídos. Agora estamos trabalhando com 170 cidades e vamos somar 390, alcançando 93% dos municípios”, comemorou Campos.

Adelmo Borges / Divulgação / 17.5.2021



Fortuna diz que materiais devem ser separados desde a origem

“Tudo só funciona bem com uma educação ambiental”

JOÃO FORTUNA, da Naturalle

mo de supermercados e de construção, entre eles a Bamin/Porto Sul.

A especialização em determinados setores é realidade de empreendimentos como o Águas Claras Ambiental, da Revita Engenharia, que faz parte do Grupo Solví Essencis, com atuação em diversos municí-

pios do Brasil.

Constituída para atender às demandas de tratamento, reciclagem e destinação de resíduos inertes da construção civil de Salvador e região metropolitana (RMS), tem a Unidade de Valorização, Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos, instalada no município de Simões Filho com capacidade de receber 2.500 toneladas por dia.

No local são submetidos à reciclagem somente os resíduos de construção civil de classe A, ou seja, restos de demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, triados no aterro de inertes, segundo nota da empresa.

Na central são beneficiados 100% dos resíduos minerais recebidos, com produção de reciclados como areia, pedrisco, britas e BGS. Os materiais são reutilizados na construção civil, com reflexo direto na redução de demanda por materiais a serem extraídos do ambiente natural.

MIRIAM HERMES

MEIO AMBIENTE Iniciativa privada precisa estar atenta ao desafio de implementar programas que incentivem ações sustentáveis

PRESERVAÇÃO É ALIADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CLAUDIA LESSA

Fundamental também no desenvolvimento sustentável das cidades, a iniciativa privada está atenta ao desafio de operar no sentido da implementação de programas que incentivem ações voltadas à sustentabilidade, tanto no campo produtivo como na reeducação dos trabalhadores que compõem a força produtiva. Entidades representativas de empresas ligadas, respectivamente, ao setor imobiliário e ao comércio, a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA) e a Associação Comercial da Bahia (ACB) defendem que sustentabilidade e desenvolvimento econômico precisam andar juntos.

O presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia, Cláudio Cunha, afirma que sustentabilidade é a tônica da associação e o Fórum de Sustentabilidade, que chega em 2021 à sua 12ª edição, é um importante canal de debate sobre a atualização do tema. "Entendemos a importância de cuidarmos deste tema com a atenção merecida, seja porque movimentamos a economia, seja porque influenciaremos toda uma cadeia produtiva acerca dos assuntos que são caros para nós".

Em 2020, recorda Cláudio Cunha, o mote do fórum foi partir dos atrativos sustentáveis e de qualidade de vida da capital baiana para exportar Salvador para o Brasil e para o mundo. "Isso porque acreditamos nas potencialidades da nossa terra e no impulso ao desenvolvimento e à economia local através do mercado imobiliário", pontua. Este ano, ressalta, o evento, que será realizado em formato virtual, pretende expandir este discurso no âmbito estadual. "O Ex-



Santa Helena / Divulgação / 5.2.2018

Praia do Forte: litoral norte é uma das regiões da Bahia com recursos naturais únicos no mundo



Kin Kin / Divulgação / 25.7.2019

Cunha ressalta o debate no Fórum de Sustentabilidade



Divulgação

Isabela aponta "nova ordem no ambiente empresarial"

um espaço central no crescimento econômico e, por isso, deve desempenhar um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável. Desafios como as alterações climáticas e escassez de recursos cada vez mais iminente apontam para uma necessidade de reformulação em suas cadeias de fornecimento e produção, a partir de compromissos rígidos com o meio ambiente. Ao Núcleo de Sustentabilidade da ACB cabe a missão de difundir essa nova ordem no ambiente empresarial", afirma a presidente do núcleo, Isabela Suarez.

A advogada Erica Rusch, membro do Núcleo de Sustentabilidade da ACB, reforça: "Nosso objetivo é mostrar que a chamada 'Economia Verde' é uma alternativa real ao modelo econômico dominante que vivemos atualmente, que gera desigualdade, incentiva o desperdício, desencadeia escassez de recursos e gera ameaças ao meio ambiente e à saúde humana". As ações do núcleo têm inspirado alguns dos seus associados, a exemplo da Carbonor. Maior produtora de bicarbonato da América do Sul, que tem utilizado o binômio desenvolvimento e sustentabilidade, a empresa possui uma unidade para a autogeração de dióxido de carbono de origem natural e é pioneira na captura de dióxido, a partir de emissões de sistema de calcinação de calcário. "Este processo proporciona uma redução de mais de 75% no uso de combustíveis fósseis, gerando 100% de sua energia térmica a partir da biomassa e outras fontes renováveis", destaca.

Projetos sustentáveis

Entre as ações sustentáveis realizadas pelo Núcleo de Sustentabilidade da ACB, destaca para a campanha "Doe máscaras e salve vidas", promovida entre

os associados e empresários baianos para a compra do protetor facial e posterior distribuição, bem como a sua distribuição nas estações de metrô na cidade de Salvador, em virtude da pandemia da Covid-19. A Associação Comercial da Bahia também intermediou o contato com a empresa PQA Produtos Químicos, que doou 18 mil litros de hipoclorito de sódio à Bahia, que os transformou em solução para ser utilizada na lavagem e pulverização das ruas de Salvador, com o objetivo de combater o coronavírus.

A ACB também participa do grupo que apoia o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (Pmamc), desenvolvido pela prefeitura de Salvador. Para os representantes da entidade, "esse plano tem sido instrumento catalisador de várias ações positivas na cidade, por meio da conscientização de que a ação do homem é causa principal do aquecimento global e suas consequências, tais como tempestades, inundações e furacões, cada vez mais frequentes". Outras ações do Núcleo de Sustentabilidade se direcionam ao mercado imobiliário baiano, estimulando investimentos em empreendimentos sustentáveis, como o IPTU Verde – um incentivo aos empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais ou institucionais com oferta de descontos para quem cumpre os critérios exigidos pelo Programa de Certificação Sustentável.

Para os dirigentes da Associação Comercial da Bahia, a presença da entidade no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam) de Salvador também contribui para que a atuação da entidade se aproxime mais da população, a partir de sua participação em documentos como o Plano Diretor de Arborização Urbana e a Política Municipal de Meio Ambiente.

Tem nova lei de licitações na praça. Foi editada em 1º de abril último a Lei nº 14.133. E veio recheada de princípios: são vinte e dois, concentrados no seu art. 5º, sem mencionar outros tantos, dispersos no texto legal.

Contrariamente ao refluxo relacionado à "farra dos princípios", na expressão de Carlos Ari Sundfeld, o que pode ser comprovado na literatura nacional pelo vigor crítico dos escritos de Humberto Ávila e Virgílio Afonso da Silva, e, mais recentemente, pela retirada de novos princípios pelo relator da Reforma Administrativa, deputado Darci de Matos (PSD-SC), que argumentou o prejuízo à segurança jurídica acaso incluídas "expressões dotadas de vagueza conceitual", a nova lei dobrou a aposta: introduziu mais de uma dezena de novos princípios à legislação.

Não é o caso abordar com profundidade aqui as diferenças de estrutura lógica entre as principais espécies normativas. Mas, ao menos, parece apropriado propor uma linha conceitual básica, segundo a qual princípios são normas que buscam promover certos fins ou valores, mas sem indicar, de antemão, como fazê-lo; enquanto as regras são normas que definem comportamentos, tais como proibições, obrigações e permissões. Como se vê, os princípios lidam com sentidos a serem construídos, enquanto as regras estipulam mais diretamente o que fazer ou não fazer.

Acontece que a doutrina tradicional do direito público no Brasil (Geraldo Ataliba e Celso Antônio Bandeira de Mello, p.

ARTIGO

'A LEI Nº 14.133/2021 E OS NOVOS PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS'



Divulgação

Tarcísio Menezes
Mestre em direito público pela Uerj e procurador do Estado da Bahia

ex.) abordava os princípios tendo como referência, sobretudo, a ideia de sua fundamentalidade em relação às demais normas. O legislador, provavelmente inspirado por essa concepção, costuma nomear como princípio um aspecto do tema regulado que considera especialmente importante. Resultado: à luz do critério lógico, desenvolvido pela teoria geral do direito, deveres ("motivação"), objetivos ("desenvolvimento nacional sustentável"), critérios de atribuição de competências ("segregação de funções") e regras ("legalidade") são transformados pelo legislador em princípios.

Essa característica do direito positivo brasileiro não é necessariamente ruim. Importa mais saber como os aplicadores dos princípios estão justificando o seu uso. No caso das licitações, há um número considerável de aplicadores da lei: servidores, advogados públicos, membros dos órgãos de controle externo (Ministério Público e Tribunais de Contas) e, claro, os juízes. Significa dizer que a cacofonia de princípios encontra variados intérpretes para entoa-la. Se pensarmos no âmbito de incidência da Lei nº 14.133/21 apenas na esfera municipal, que conta com 5.570 municípios, é possível ter uma ideia do quanto ruidoso pode ser produzido em torno de como determinado princípio deve ser interpretado e aplicado.

Daí a importância de definir o sentido normativo dos princípios jurídicos, pois a sua determinação pode significar insegurança jurídica.

Busca-se aqui algumas breves aproximações com os princípios agora introduzidos na nova Lei. Partindo da ideia de que o direito público compõe um sistema, se retirarmos do elenco do art. 5º da Lei nº 14.133/21 os princípios constitucionais da Administração Pública e aqueles previstos na lei federal do processo administrativo (Lei nº 9.784/99), surgem como genuínas novidades os princípios do planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, celeridade e economicidade.

Verdadeiro mantra nas decisões dos Tribunais de Contas, o planejamento foi internalizado, enfim, na legislação de compras públicas. O plano de contratações anual desponta como principal ferramenta pa-

ra que o ente público possa compatibilizar suas demandas com o planejamento estratégico, subsidiando, ainda, a elaboração das leis orçamentárias num processo circular de troca.

A transparência, associada ao acesso a informações pelos cidadãos, parece inspirar a grande inovação da Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas, plataforma eletrônica na qual ocorrerá a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei.

A segregação de funções parece organizar, por meio das regras previstas na Lei, o modo como os agentes da Administração irão se dividir entre as fases interna e externa da licitação. Personaliza-se, assim, as atribuições de cada um, facilitando a eventual responsabilização pelas instâncias de controle.

A eficácia tem duas acepções na Lei nº 14.133/21: aquela mais conhecida, vinculada à aptidão de produzir efeitos jurídicos a partir do implemento de alguma condição (publicação do ato, p. ex.); e uma outra, voltada a aferir a performance do gestor, que vem

acompanhada da eficiência e da efetividade como dimensões dos resultados, custos e impactos das contratações públicas.

A celeridade, que aparentemente colide com alguns princípios, tem o seu espectro de incidência direcionado a licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia já licitados e contratados, que terão prioridade de análise pelos órgãos ambientais. Avulta aqui uma preocupação do legislador com obras paralisadas em razão de pendências ambientais.

E, por último, a economicidade envolve a escolha da melhor contratação a um custo menor, isto é, prioriza o olhar da Administração para a ótima relação custo-benefício. Evidentemente, essa busca pela melhor alocação de recursos públicos a um custo menor encontra limites, ditados pelos bens jurídicos em jogo, a exemplo da saúde pública quando se pensa em aquisição de vacinas.

A abundância de princípios reflete a característica abrangente e marcadamente burocrática da nova lei, dotada de quase duzentos artigos. O excesso de regulamentação e a previsão de certos princípios parece revelar a influência dos órgãos de controle no resultado final do texto legal e uma demasiada desconfiança com o administrador. Nesse ponto é preciso cuidado, pois ainda é o gestor o titular da prerrogativa de contratar e o curador do seu mérito. Se tiver dúvida, favor consultar o princípio da separação dos poderes na Constituição Federal. Em tempo: é princípio e é fundamental.